



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

CARF

Processo nº 10880.929962/2009-84

Recurso Voluntário

Resolução nº 1301-000.784 – 1^a Seção de Julgamento / 3^a Câmara / 1^a Turma
Ordinária

Sessão de 10 de março de 2020

Assunto IMPOSTO SOBRE A RENDA DA PESSOA JURÍDICA

Recorrente RIBA REPRESENTAÇÕES PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA.

Interessado FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do relator. Declarou-se impedido de participar do julgamento o Conselheiro Rogério Garcia Peres, substituído pelo Conselheiro Marcelo José Luz de Macedo (suplente convocado).

Fernando Brasil de Oliveira Pinto - Presidente

Lucas Esteves Borges - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Roberto Silva Júnior, José Eduardo Dornelas Souza, Ricardo Antônio Carvalho Barbosa, Marcelo José Luz de Macedo (suplente convocado), Giovana Pereira de Paiva Leite, Lucas Esteves Borges, Bianca Felícia Rothschild e Fernando Brasil de Oliveira Pinto (Presidente).

Relatório

RIBA REPRESENTAÇÕES PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA., recorre a este Conselho Administrativo em face de Acórdão proferido pela 3^a Turma da DRJ/FNS que julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade, não reconhecendo o direito creditório pretendido.

O contribuinte apresentou PER/DCOMP visando compensar saldo negativo de IRPJ apurado com base no Lucro Presumido, 1º trimestre AC 2004, com débitos de IRPJ e CSLL de períodos entre 2005 e 2008.

Quando da análise do pedido, a DRF intimou o contribuinte (fls. 73) para retificar a DIPJ ou apresentar PER/DCOMP retificador indicando corretamente o período de apuração do saldo negativo e, se for o caso, corrigindo o detalhamento do crédito utilizado na sua composição, uma vez que não localizou o saldo negativo apontado.

Transcorrido in albis o prazo da intimação, foi proferido Despacho Decisório não homologando os PER/DCOMPs, uma vez que não houve apuração de crédito na DIPJ correspondente ao período de apuração do saldo negativo informado no PER/DCOMP.

Cientificado da decisão, o contribuinte apresentou Manifestação de Inconformidade alegando que o crédito seria decorrente da diferença do Imposto de Renda sobre o Lucro presumido apurado (R\$ 98.945,29) e a retenção na fonte de Imposto de Renda no valor de R\$ 1.399.844,61, conforme tabela abaixo por ele apresentada:

Composição do IRPJ sobre o Lucro Presumido DIPJ 2005 - Ficha 14A - 1º Trimestre - AC 2004	
Descriutivo	Valor
21. Base de Calculo do Imposto sobre o Lucro Presumido	419.781,15
Imposto Apurado com Base no Lucro Presumido	
22. Alíquota 15% (A)	62.967,17
23. Adicional (B)	35.978,12
Deduções	
25. (-) Imp. De Renda Retido na Fonte (C)	1.399.844,61
31. Imposto de Renda a Pagar (A)+(B)-(C)	(1.300.899,32)
Tributo (IRPJ) Devido	0,00

Conforme a tabela, o contribuinte sofreu retenção na fonte de R\$1.399.844,61, entretanto, com base no lucro presumido somente teria que pagar R\$ 98.945,29 (R\$ 62.967,17 + 35.978,12), razão pela qual apurou um saldo negativo de R\$ 1.300.899,32 (R\$ 1.399.844,61 – R\$ 98.945,29). Colaciona, ainda, a DIPJ original do período, apresentada em 29/06/2005, na qual resta identificado na linha 31, da ficha 14A o saldo negativo.

Por fim, requer a procedência da Manifestação de Inconformidade no sentido de homologar as compensações ou que sejam efetuadas diligências para comprovação das alegações.

Ao se debruçar sobre o tema, a DRJ/FNS julgou improcedente o pedido, haja vista que ao analisar a liquidez e a certeza do crédito, visualizou uma inconsistência entre a informação contida na DIPJ 2005 (AC 2004) e a DIRF.

Da verificação realizada, a DRJ constatou que o contribuinte ao invés de ter obtido *Rendimentos e Ganhos Líquidos Aplicações Renda Fixa/Renda Variável* (linha 06, ficha 14A, DIPJ AC 2004) no valor de R\$ 354.898,73, teria obtido no valor de R\$ 6.999.223,18, de acordo com a DIRF.

Confrontando as informações fiscais, portanto, o contribuinte teria que oferecer à tributação o valor de R\$ 6.644.324,45 (R\$ 6.999.223,18 – 354.898,73), que geraria imposto a pagar e não saldo negativo, conforme tabela abaixo:

APURAÇÃO DO IR - LUCRO PRESUMIDO	VALOR – R\$
Rendimentos Renda Fixa e Variável	6.999.223,18
Demais Receitas e Ganhos de Capital	64.882,42
Base de Cálculo do Lucro Presumido	7.064.105,60
Alíquota de 15%	1.059.615,84
Adicional	700.410,56
(-)IRRF	-1.399.844,61
Imposto de Renda a Pagar	360.181,79

Assim, entendeu a DRJ/FNS que o Despacho Decisório ao apontar a inexistência de saldo negativo de IRPJ o fez de maneira correta, uma vez que a reapuração do lucro presumido alterou a situação anteriormente informada pelo contribuinte que gerou imposto a pagar. Registrando, ainda, que a decadência já estaria caracterizada, impossibilitando a realização do lançamento do valor apurado.

Irresignado, o contribuinte interpôs Recurso Voluntário alegando, preliminarmente, decadência quanto a possibilidade de revisar a DIPJ após o prazo de cinco anos e, no mérito repisa os argumentos já apresentados quanto a origem do saldo negativo, informando que a análise da DRJ em relação ao IRRF sobre aplicações financeiras de renda fixa estaria equivocada, haja vista que:

- contabiliza a receita dos rendimentos pelo regime de competência, diariamente, conforme é auferida e a retenção do IRRF somente é efetuada quando do resgate do título;

- tributou seus rendimentos com títulos de renda fixa em 2004, tendo reconhecido, em anos-calendários anteriores os correspondentes rendimentos, colacionando DIPJ AC 2003 e 2002, a fim de comprovar o alegado.

Requerendo, por fim, o provimento do Recurso Voluntário para que seja confirmado o crédito pleiteado e homologadas as compensações, subsidiariamente, requer a conversão do julgamento em diligência para apuração e confirmação da existência do crédito.

É o relatório.

Voto

O recurso voluntário é tempestivo e preenche os demais requisitos legais de admissibilidade, razão pela qual, dele conheço.

Trata-se de PER/DCOMP não homologado em decorrência de que o valor do crédito na DIPJ foi considerado inexistente pela autoridade fiscal, impossibilitando a compensação requerida.

Iniciarei pela análise da preliminar suscitada.

Entende o contribuinte de que a análise quanto a liquidez e certeza do crédito realizada pela DRJ/FNS teria afrontado a decadência quanto a possibilidade de revisão da DIPJ pelo fisco.

Aponta que a DIPJ foi apresentada em 29/06/2005, tendo formalizado o PER/DOMP em 20/03/2007, cientificado do Despacho Decisório em 27/04/2009 e intimado do Acórdão da DRJ que supostamente teria revisado a declaração em 31/07/2015. Entendendo, assim, que por ter ultrapassado o prazo decadencial de cinco anos, entre a decisão DRJ e a apresentação da DIPJ, estaria vedada a revisão.

Ocorre que, não merece ser acolhida a razão proposta pelo contribuinte.

O Despacho Decisório em si constatou a inexistência do saldo negativo na DIPJ apresentada em 29/06/2005, tendo, inclusive, a autoridade fiscal intimado o contribuinte antes da prolação da decisão para prestar esclarecimentos e, caso entendesse necessário, retificasse o documento. Acontece que, o contribuinte se quedou inerte.

Naquele momento foi oportunizado ao contribuinte confrontar as informações levantadas pela DRF, demonstrando a procedência do saldo negativo de IRPJ que alegava, porém, não foi atendida a intimação fiscal.

Incontroverso é que o contribuinte foi cientificado do Despacho Decisório que considerou R\$ 00,00 o saldo negativo de IRPJ em 27/04/2009, dentro do prazo de cinco anos para revisão da DIPJ.

A DRJ detalhou o porque da inexistência do crédito com base no confronto das informações da DIPJ e da DIRF, gerando tributo a pagar.

No presente caso, a decadência não afeta a verificação quanto a liquidez e a certeza do crédito pleiteado, mas impede a autoridade fiscal de realizar o lançamento de ofício do tributo apurado.

Por tal razão, rejeito a preliminar de decadência.

O contribuinte defende que, apesar de no informe de rendimento e na DIRF constarem o valor de R\$ 6.999.223,18 como rendimentos tributáveis em janeiro/2004, que contabilizou as receitas desses rendimentos em regime de competência, tendo vindo a sofrer a retenção do IRRF no ato do resgate, colacionando DIPJs de anos anteriores AC 2002 e 2003.

Vale destacar que o contribuinte se quedou inerte durante todo o processo administrativo: quando intimado pela DRF para sanar divergências, não tomou providências; na Manifestação de Inconformidade, se ateve em afirmar que a DIPJ continha saldo negativo apurado no período; e tão somente em sede de Recurso Voluntário apresenta documentação que, segundo alega, justificaria o seu direito ao crédito.

Ora, deve o contribuinte, assim como a Fazenda Nacional, se ater às formalidades (rito) e aos prazos que lhe são concedidos no âmbito do Processo Administrativo Fiscal, não podendo se abster de prestar informações e ao final requerer a análise de documentação em sede de Recurso Voluntário sob pena de supressão de instância e de prejuízo pela busca da verdade material.

Fl. 5 da Resolução n.º 1301-000.784 - 1^a Sejul/3^a Câmara/1^a Turma Ordinária
Processo n.º 10880.929962/2009-84

Em que pese a tributação do IRRF sobre operações de renda fixa ter sua peculiaridade, o informe de rendimento e a DIRF consubstanciam as decisões proferidas tanto na origem quanto na DRJ/FNS e o contribuinte não se desincumbiu de demonstrar a certeza e a liquidez do seu pretenso crédito, até o presente momento.

INFORME DE RENDIMENTOS								citibank	
BANCO CITIBANK S/A. AV. PAULISTA, 1111, 20 ANDAR - PART SAO PAULO				CGC 33479023/0001-80 DATA DE EMISSÃO 12/04/2004					
INFORMAMOS, PARA FINS DE DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, VALORES REFERENTES A APLICAÇÕES EM RENDA FIXA (CDB / RDB / OPEN / HEDGE / MÓTUO DE OURO) E SWAP.									
ANO BASE 2004				PERÍODO DE 01/01/2004 A 31/03/2004					
APLICAÇÕES EM RENDA FIXA									
MÊS	CDB/RDB		OPEN		HEDGE		MÓTUO DE OURO		
	RENDIMENTO NOMINAL	I.R. RETIDO	RENDIMENTO NOMINAL	I.R. RETIDO	RENDIMENTO NOMINAL	I.R. RETIDO	RENDIMENTO NOMINAL	I.R. RETIDO	
JAN	6.999.223,18	1.399.844,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FEV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
MAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL EM RENDA FIXA					SWAP				
MÊS	RENDIMENTO NOMINAL		I.R. RETIDO		RENDIMENTO NOMINAL		I.R. RETIDO		
	JAN	6.999.223,18	1.399.844,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
MAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
VALORES EXPRESSOS EM REAIS									
RIBA REPRESENTAÇÕES PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA AV PAULISTA, 1111 14 ANDAR PARTE - BELA VISTA 01311 920 SAO PAULO - SP				CGC 92972710/0001/00					
O Informe de Rendimentos, será emitido trimestralmente conforme Instrução Normativa N° 109 de 28/12/2001 da Receita Federal.									
TOTAL 0,00									

A mera juntada das DIPJs de anos-calendários anteriores, por si só, não é suficiente para caracterizar o direito creditório quanto ao saldo negativo do IRPJ, uma vez que, não há nos autos qualquer comprovante de que tais valores foram oferecidos à tributação.

Dessa forma, voto por converter o julgamento em diligência para que a DRF de origem analise a documentação acostada em sede de Recurso Voluntário, a saber: DIPJ AC 2003 e AC 2002 e apure se os valores foram oferecidos à tributação e, em caso afirmativo, aponte qual seria o montante do saldo negativo disponível para compensação.

Lucas Esteves Borges